

## O ALMIRANTE SALDANHA DA GAMA

(Conferência realizada no Instituto de História e Geografia Militar do Brasil a 12 de Abril de 1946)

A minha presença na tribuna dêste augusto sodalício deve-se à generosa escolha que o ilustre presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, fêz do menos indicado de seus confrades para exaltar a eminente personalidade do Almirante Luiz Philippe de Saldanha da Gama, neste momento em que, no país, se comemora o centenário do seu nascimento.

Aqui consigno, penhorado, a minha gratidão, por tão honrosa quanto delicada tarefa, de que procurarei desincumbir-me com imparcialidade e apoiando-me na verdade histórica, que nem sempre é exclusivamente laudatório.

Os homens não devem ser apreciados superficialmente como as cousas e, para serem bem conhecidas, torna-se preciso interpretá-los através do seu caráter, atitudes e ações, procurando compreender as suas razões intrinsecas.

No caso presente justifica-se a homenagem que o referido Instituto tributa ao insigne Almirante porquanto realmente êle foi um grande marinheiro, um alto expoente cultural e um impoluto brasileiro, cujo nome honra, como patrono, uma de suas cadeiras, que, em breve, será ocupada por autorizado historiógrafo.

A comemoração dos grandes feitos e a exaltação cívica dos vultos proeminentes de uma Nação significam elevada prova de vitalidade patriótica de seu povo que, entre as agruras da vida quotidiana, abre uma clareira espiritual para reconhecer as benemerências de seus preclaros filhos que se destacaram nos vários cenários da vida da nacionalidade. Representam também o juízo severo da Posteridade, filtrado serenamente através do tempo e do esfriar das paixões e consagram a justiça da História, embora, por vêzes, tardia.



Foi rápida e honrosa a carreira profissional de Saldanha da Gama. Chegara ao limiar da República, já Capitão de Mar e Guerra, enaltecido por sua variada cultura, reconhecido pela experiência e prática da vida do mar, destacado por sua polidez

social, e pelo êxito sucessivo das importantes comissões que desempenhara. Achava-se no exercício de uma delas no estrangeiro quando, no Brasil, fora mudado o regime político em 1889. Não colaborara, portanto, na implantação da República, mas, logo que regressou à Pátria, foi nomeado para comandar o Corpo de Marinheiros Nacionais, aquartelados na ilha de Wille-gagnon e continuou a servir à Nação com o mesmo devotamento. Nessa árdua comissão empenhou, com eficiência, entusiasmo e espírito novo, tôda a sua atividade remodelando, por completo, a vida desse Corpo no sentido de adaptá-lo aos modernos processos, que últimamente observara na América do Norte.

A 14 de novembro de 1891, ainda a exercendo, foi promovido a Contra-Almirante e, oito dias depois, nomeado Chefe do Estado Maior da Armada, cargo que não chegou a assumir, porquanto na manhã seguinte, parte da Marinha, sob a chefia do Almirante Custódio de Mello, rebelava-se contra o Chefe do Governo que, em seguida, generosamente, renunciava o poder.

Atingira, assim, Saldanha da Gama, bastante prestigiado, ao Almirantado com quarenta e cinco anos de idade e vinte e sete de oficial, como sucedera ao grande Almirante Tamandaré. Nesse sentido houbereira também com Barroso, Inhaumo, Abreu, Gonçalves e Delphim de Carvalho, Almirantes, sem dúvida, de mais valor militar, com vida profissional mais intensa, árdua e nimbada de glórias, porém com menos cultura e "savoir vivre". Em comparação com êles e o Almirante Jaceguay, muito bafejado pela simpatia do Imperador, que foram os grandes expoentes da Marinha Imperial, sua ascensão foi rápida e honrosa e muito contribuiu para conceituá-lo na própria classe, e, de um modo geral, projetá-lo nos meios civis e sociais.

Até à eclosão da Revolta da Armada, a 6 de setembro de 1893, Saldanha da Gama vinha se revelando sinceramente apolítico e sua conduta, militar e cívica, atestava isso inofismávelmente. Até 7 de dezembro seguinte nenhuma prova houve ou há de que tivesse se envolvido em qualquer confúio, motim ou movimento político ou subversivo. Sômente em 1879 fêz parte da comissão mixta de militares, presidida por um aca-tado general e que, representando as classes armadas, teve a incumbência de protestar e agir pacificamente contra a atitude da Comissão de Marinha e Guerra da Câmara dos Deputados, que propusera a redução dos efetivos militares, quadros dos oficiais e outras medidas correlatas. Mas não chegou a agir visto que, por pressão do Governo, foi logo substituído por outro companheiro. Indigitaram-no como "o cabeça do movimento", quando apenas havia aderido à comissão, por ter sido escolhido para defender os interêsses de sua classe, sem nenhum recaique político.

E porque o Governo sómente tomou providências contra êle numa comissão composta de onze membros, todos militares da ativa? E se as medidas propostas eram justas, porque foram rejeitadas no Senado, depois de aprovadas na Câmara? E' que, já naquela época, o prestígio do Capitão de Fragata Saldanha da Gama era bastante apreciável dentro da Marinha e começava a se projetar nos outros ambientes. Convinha, portanto, procurar abafá-lo. Mas êsse prestígio, que já era sólido, daí para diante, iria sempre crescendo e se irradiando, menos nos meios políticos, de que êle se esquivava por não desejar aproximação.

Era de opinião que o militar de qualquer categoria e classe, em atividade, tinha suas finalidades claramente definidas em leis e regulamentos e não devia se envolver em política partidária ou militante, assumir atitudes relacionadas com ela ou tomar parte em conlúios, motins ou quaisquer sedições. Também não considerava certo que se afastasse da profissão para se integrar na vida política ou exercer sinecuras civis, porquanto na própria classe sempre encontraria oportunidades para bem servir a ela e à pátria.

De um modo geral não apreciava os políticos porque não acreditava muito na sua sinceridade, nem no seu patriotismo. Via-os muito apegados aos cargos e aos próprios interesses ou apaixonados e se ocumpliciando, por solidariedade, nos erros que mais entorpeciam o desenvolvimento e o progresso da Nação. E neste sentido Saldanha da Gama era sincero e convicto, tanto assim que, desde 1887, quando os militares começaram a se agitar contra o regime político e os seus homens de Governo, vinha se recusando a comparecer a reuniões onde se tratava da substituição d'esses ou se pretendia que êle se manifestasse simpático à República, já entrevista.

Mas é que só admitia a política militar em conexão com a estratégica ou a superior dos altos interesses da Nação, em pre-estabelecido plano de guerra, para alguma ação bélica externa. A partidária ou militante, contra o regime ou o governo, não lhe interessava, pois não fazia parte das suas atribuições profissionais ou militares. Por isso não se considerava obrigado a aceitá-la ou lhe aderir. Preferia continuar alheio a ela e devotado à sua profissão e classe, que desejava ver forte, engrandecida e vigilante em tôrno dos primaciaes interesses da Pátria, que lhe cumpria defender, mesmo com sacrifício.

Também não lhe preocupava a competição dos altos cargos, que degenera entrechoques de interesses individuais e aparta companheiros e amigos. Estava satisfeito com a posição que atingira por esforços próprios e sem nenhum favoritismo. O que olmejava era, tão sómente e sem insólta ambição, elevar-se mais na classe para dar-lhe maior assistência, prestar-lhe no-

vos serviços, tributar-lhe outros esforços, concorrendo sempre para a sua coesão, eficiência, fôrça e valor, afim de vê-la engrandecida, poderosa e prestigiada. Bem sabia que, sem a poder de uma forte e boa marinha, nenhuma nação poderia se considerar segura e garantida contra as cobiças alheias.

Sabia também que, no Império, a Marinha Nacional havia sido poderosa, prestigiada, respeitada e gloriosa, porque os seus homens tinham permanecido apenas marinheiros, militares e patriotas. Mas na nóvel República muitos haviam se esquecido disso e estavam se desviando de tão sensato critério e se envolvendo em insidiosas questiúnculas políticas, que não lhe cabiam resolver e não consultavam as explicitas finalidades da classe, cada vez mais enfraquecendo o seu prestígio e a sua autoridade.

Era por pensar sempre assim que recalcitava em proclamar ostensivamente sua adesão ao regime republicano, implantado em sua ausência do país, por um numeroso grupo de militares de terra secundados por alguns oficiais da Marinha e um punhado de civis, que, sem consultar a Nação, consideraram-se representantes do povo. Não lhe parecia natural, lógico, espontâneo e nacional o processo empregado na proclamação da República, que revelara o critério de uma sedição militar de âmbito restrito e sem luta porque, aplicado de surpresa, não encontrou reação. Então acatando o regime vigorante, já que a Nação o havia aceito, continuaria a servir à Marinha e à Pátria, cumprindo, com dignidade e coerência de princípios, os seus deveres e obrigações para com ambas, sem necessidade de protestos de fidelidade ao mesmo regime.

Para focalizar-se bem a personalidade do Almirante Saldanha da Gama, a despeito de sua idiosincrasia pela política militante, temos que situá-lo, mesmo à sua revelia, no panorama geral da política reinante no quinquênio 1891-1895, afim de se poder compreender suas atitudes nesse lapso de tempo.

Desde que regressara, em maio de 1890, da América do Norte, onde se achava no desempenho de importante missão cultural, passou a ser convidado, ora por devotados monarquistas, que se propunham a restaurar o trôno, com o seu apoio, e confiar-lhe eminente cargo, ora por irrequietos republicanos que pleiteavam a sua franca adesão ao regime, com o intuito de envolvê-lo em movimentos subversivos. Todavia, Saldanha da Gama, fiel aos seus princípios militares e compreendendo as intenções de uns e outros, vinha recusando-lhes qualquer adesão ou apoio. Preferia manter-se em discreta atitude de reserva e desconfiança e sem nenhum compromisso com políticas ou facções partidárias.

É não há porque extranhar que assim procedesse, mantendo-se alheio à execução do regime republicano, implantado por processo que não conquistara a sua simpatia, e ao seu governo que vinha se revelando muito político e pouco administrativo e concorrendo assim para o ambiente geral de inquietação e falta de confiança nos seus atos.

Por isso não devendo combater o novo regime, em cuja vigência vinha servindo sinceramente à Pátria e nem sequer hostilizá-lo, exatamente por amor aqueles princípios que respeitava, achava que deveria, tão somente, acatá-lo como um fato consumado aceito pela Nação, mantendo, ainda que só em espírito, certas restrições morais, que julgava justas. Como bom patriota, que se considerava ser, e abroquelado ao seu firme caráter, não enxergava outra solução mais digna, coerente e apropriada e que se ajustasse aos princípios militares que sempre respeitara. Deixaria correr o tempo, conservando-se alheio às agitações e infenso a qualquer hostilidade ao regime, aguardando que êle se consolidasse pacificamente e com aceitação geral.

Não era ambicioso, nem pleiteava posições eminentes de mando ou domínio, esquivando-se de aproximação com os políticos e homens do Governo e, agindo concientemente dêsse modo, continuaria a cumprir, com serenidade, os seus deveres com a Pátria sem trair os elevados interesses dela. Já os havia defendido em duas guerras, com todo entusiasmo, denodo e desprendimento da vida e estava pronto a reiterá-lo idênticamente quantas vêzes fosse preciso, mas não pretendia desperdiçar suas energias, patriotismo e devotamento para defender ambições e interesses pessoais ou conveniências de facções partidárias.

E foi coerente com tal modo de pensar que Saldanha da Gama resolvera apoiar militarmente em novembro de 1891, e sem nenhum caráter político, o Marechal Deodoro, então Chefe do Governo, para mantê-lo no poder, agindo contra um golpe desfechado por outra sedição militar, embora êste presidente houvesse cometido grave erro, que poderia ser corrigido com sua permanência no cargo. Infelizmente, por falta de solidariedade dos companheiros de classe, fracassaram seus esforços não lhe tendo sido possível efetivar praticamente o seu apoio.

Mas já em setembro de 1893, em face da Revolta da Armada para a qual fora convidado, por duas vêzes e até para chefiá-la, recusara-se a tomar parte nela e resolvera permanecer em guarda, não combatendo os revoltosos, nem apoiando concretamente o Governo para hostilizá-los. Verdade é que esta atitude, em aparência incoerente, em virtude de diversas circunstâncias e alguns imponderáveis, o colocaram em periclitante situação moral, e de fato, durante os três meses seguin-

tes. Desde o início, mal compreendida, foi intencionalmente explorada contra êle com o precípua objetivo de deixá-lo mal, solapar o seu prestígio e afastar qualquer apoio à sua atitude. Seus adversários recorreram ao extremo de indigitá-lo como monarquista ferrenho e conluído com antigos adeptos do regime decaído para restaurá-lo, procurando assim explicar a sua neutralidade.

Ora, Saldanha da Gama por princípios cristãos herdados, esmerada educação conservadora, louváveis e honrosas tradições de família, de alta linhagem que remontava a eminentes titulares, dentre os quais, bem proximamente, o famoso Marquês de Pombal, e também por índole própria, conservava acentuada simpatia pelo regime monárquico, que jurara defender quando ingressou na Escola de Marinha. Servira ao Império com sinceridade, lealdade e dignidade durante vinte e seis anos, na guerra e na paz. Respeitara sempre o Imperador, a quem apreciava por suas virtudes pessoais e política honesta, moralizada e moderada, geralmente aceita e louvada pela Nação. Nunca o lisonjeara e cortejara, protestara-lhe vassalagem ou frequentara seus palácios. Como militar exclusivamente profissional que sempre fora, cumprindo fielmente os deveres e obrigações para com a Nação, sem se aproximar intencionalmente do Soberano, nem fazendo profissão de fé ao regime monárquico, bem poderia se manter fiel a ambas, pelo menos com apoio cívico, com o mesmo direito com que outros militares apreciavam mercedamente ao Coronel Benjamin Constant e muitos dêles rendiam fervoroso culto ao filósofo Augusto Comte, a quem não conheceram. E, por isso mesmo sobrestimavam o valor de suas idéias, que tentavam aplicar no govêrno do Brasil. Então porque, com tão clamorosa intolerância, lhe negavam o direito de se manter fiel ao regime, que, em sua mocidade, jurara defender? Porque iria êle quebrar seu compromisso sômente para acompanhar os que não quiseram respeitar este que, identicamente, assumiram quando assentaram praça no Exército ou na Marinha?

Do regime monárquico e do Imperador jamais receberam qualquer prova de favoritismo ou mercê imerecida. As suas últimas quatro promoções, tôdas por merecimento, as medalhas de companhia e as condecorações por mérito, que lhe foram concedidas, procederam do reconhecimento de seus esforços, eficiência e lealdade revelados nas diversas comissões e tarefas que desempenhou sempre com competência, dignidade e êxito, quer na guerra, quer na paz. Mas porque assim lhe tributaram justiça, semelhantemente como a concederam a outras oficiais, também operosas, ilustres e bravos, isto não deveria cons-

tituir razão bastante para que se prosternasse grato ao Imperador, nem se prociamasse extremado defensor do regime. Respeitando a si próprio, continuava a tributar respeito e reconhecimento ao Imperador sem elevar-se a cultuá-lo.

E ponderado e discreto, como era, nunca se proclamava monarquista e jamais conversara com seus comandados sobre os dois regimes políticos, analisando-os, criticando-os, detraçando-os ou louvando-os. Naturalmente tinha idéias sobre ambos, porém não as manifestava exatamente para não influir no espírito daqueles.

Assim, pois, não assentava em nenhuma prova concreta a pecha, lançada por seus desafetos, de que se opunha ao regime republicano porque desejava a restauração da monarquia. Exercera as duas comissões que lhe haviam sido conferidas na República, depois que regressara do estrangeiro, com a mesma eficiência, lealdade e devotamento com que tinha desempenhado as anteriores no Império. Nelas nenhuma oposição manifestara ao regime vigente ou ao seu Governo e tão pouco nenhuma dificuldade lhes creara.

Então porque acoimá-lo de elemento suspeito à República quando o vinha servindo, sem grande confiança por ser um regime novo, é bem verdade, porém, com lealdade, competência e independência, inteiramente alheio às dissensões entre os políticos e o Governo? Se, de 6 de setembro a 6 de dezembro de 1893, não hipotecara apoio diréto ao Chefe do Governo, conforme tentara lhe insinuar o Ministro da Marinha, nem procurara auxiliá-lo concretamente a debelar a Revolta da Armada, isto não significava que fosse inimigo pessoal ou político daquele Chefe, concorrente ao honroso cargo que desempenhava, ou monarquista que pretendesse lutar pela restauração do trôno. Fora uma conclusão ilógica, falha e insidiosa, tirada e emitida por seus desafetos.

Entre Saldanha da Gama e o Marechal Floriano, o que vinha impedindo a sua aproximação não era divergência política, inimizade pessoal, inveja de posição ou rivalidade de prestígio. A meu ver era tão somente uma questão temperamental e psicológica, cuja origem afundava no tempo.

Quando Segundo-Tenente, fazendo parte do estado maior do Almirante Tamandaré, Chefe das forças em operações no Rio da Prata, Saldanha da Gama, em 1865, tivera ocasião de conhecer em Uruguiana o Primeiro-Tenente Floriano Peixoto, comandante do vapor Uruguay e de dois Batelões, guarnecidos e armados, que faziam a vigilância do rio, com o objetivo de impedir que os paraguaios o atravessassem da margem argentina, então em sua posse, para a brasileira, afim de invadir o solo Nacional. E nessa oportunidade ouviu comentar, de mo-

do louvável, a tática que pertinazmente empregou com astúcia, audácia, energia e destemerosa bravura, correndo rio abaixo, rio acima, até aniquilar, em combates, o denodado inimigo ou aprisioná-lo, cumprindo com destacado êxito a sua própria missão.

Não chegou a estabelecer relações com o Tenente Floriano mas, no verdor dos seus dezenove anos, conservara d'ele forte e simpática impressão, embora durante o prosseguir da guerra, através dos ecos de outras suas façanhas, ouvisse falar do seu temperamento bravo, sombrio e perseverante. Assim, então, desde tal época, veio fazendo alto conceito de Floriano, conquanto, depois da mesma guerra, seus novos serviços militares não o houvessem projetado entre os oficiais mais em evidência no Império.

Mas já no limiar da República sentiu-se impellido a restringi-lo quando soube da sua atitude, em aparência, dúbia ou displicente, na madrugada de 15 de novembro de 1889, sendo o Ajudante General do Exército e nenhuma providência tomando contra a sedição que se propunha a depor o Ministério e acabou proclamando a República. Concorrera também para mais o abalar a atitude assumida pelo Marechal, em face do golpe desfechado em novembro de 1891 contra o Generalíssimo Deodoro e que levou êste à renúncia do cargo. Complacente com os seus promotores, assumiu a chefia do Governo e passou a governar com êles. Outras atitudes suas em discordância com a Constituição e as leis, ainda mais enfraqueceram, no espírito de Saldanha da Gama, o esvaecente juízo que tinha do Marechal até que acabou perdendo a confiança nêle.

Carater nobre e leal, alma sensível, coração bom, agindo sempre com dignidade, transigente dentro da razão, da lógica e da bôa moral, respeitando a verdade e as leis, usando de sincera franqueza, amigo das soluções justas, dos bons exemplos e dos equitativos entendimentos, Saldanha da Gama, de fato, não poderia apreciar o feitio singular e dissimulado de Floriano, que não mais lhe inspirava confiança. Porque então iria aproximar-se d'ele, apoiá-lo ou defendê-lo, se reconhecia que lhe faltava serenidade de espírito para agir e apropriadas qualidades para bem governar? Como poderia, a seu convite ou por sua escôlha, exercer algum cargo junto a si ou alguma comissão de sua confiança? Como poderia, mesmo à distância, cooperar nas suas medidas e providências para apoiar o regime ou defendê-lo, se em algumas delas enxergava traços personalistas? Não desejava revelar-se desleal, assumindo atitudes incompatíveis com a sua consciência e, portanto, preferio continuar afastado d'ele e alheio ao regime.

Para restabelecer-se a paz, parecia-lhe bastar o fiel res-



peito à Constituição, às leis vigentes, aos arestos dos juizes e à independência dos poderes, creando-se assim o necessário ambiente que deveria restaurar a harmonia geral e a confiança no Govêrno e no regime. Agindo assim em todo o país, se dissipariam as razões que haviam conduzido os revolucionários às armas, se demonstraria a sinceridade do Govêrno, a fortaleza do regime e se estabilizaria uma situação política, que permitiria governar com serenidade, descortínio e segurança.

Do espírito de Saldanha da Gama, arguto observador e dotado de boa memória, nunca se afastara a impressão que, através dos anos conservara do Tenente Floriano Peixoto, que conhecera em Uruguaiana, e agora, Marechal e Chefe do Govêrno, ainda o via, como em 1865, com a mesma perseverança. Por isso nutria a convicção de que nada iria ceder aos revolucionários e revoltosos e, bem ao contrário, tudo faria para vencê-los, applicando-lhes semelhantemente a tática que o levou a aniquilar os paraguaios. Mas numa luta civil, de raiz exclusivamente política, onde se cometiam êrros em ambos os lados, tal processo parecia-lhe excessivamente violento, maximé no começo de um regime que ainda não julgava estabilizado.

Eis aí como parece-me que podem ser compreendidas as razões, mais de ordem moral que política, que desconceituaram o Marechal Floriano no juizo do Almirante Saldanha da Gama e impeliram êste a não se aproximar dêle e recusar os seus convites para os cargos de Ministro da Marinha e Chefe de Estado Maior da Armada e o desempenho de importante comissão no estrangeiro. Elas lhe preveniram, pouparam de qualquer outra decepção e permitiram compreender os motivos que incompatibilizaram alguns dos Ministros, que se afastaram daquele Chefe do Govêrno. Êle mesmo pudera apreciar a singular attitude dêste, quando o convidara, em abril de 1893, para substituir o ocupante da pasta da Marinha, que ainda se achava no seu exercício e, sómente, dois dias depois lhe dirigia a carta em que resignava o cargo.

Saldanha da Gama comprehendera o grande interêsse do Marechal Floriano em captar o seu apoio ou seus serviços como Ministro, primeiramente para tê-lo à mão e sob suas vistas, afim de impedir que acabasse aderindo à Revolta. Em seguida para conduzi-lo a aderir explicitamente ao regime e talvez para utilizá-lo como um novo naipe em alguma cartada que fosse impellido a jogar, caso a situação política se agravasse. Demais, poderia também tentar lançá-lo contra o Almirante Custódio de Mello, de quem, talvez, o supuzesse desafeto.

Mas equivocava-se, se assim pensava, pois Saldanha da Gama, fiel aos seus princípios militares, não intervencionistas

na política, e escudado no seu caráter leal aos companheiros de classe, mesmo dissidentes, continuava irredutível na sua atitude de alheamento. E como não era ambicioso, nem interesseiro ou invejoso, preferia o ostracismo militar, que já suportara alguns meses, a ter que agir concretamente contra aqueles.

Não eram cordeais as suas relações com o Almirante Wandenkolk, desde 1879, quando este concordara na sua substituição na comissão mixta que protestara contra as medidas prejudiciais às classes armadas. E com o Almirante Custódio de Mello, eram hierárquicas, de respeito pessoal e cavalheirismo social, com reciprocas restrições, porém sem o caráter de desafeição. Cada um reconhecia o valor e o mérito do outro e não se hostilizavam. Em virtude disso porque iria apoiá-los nos movimentos subversivos que chefiaram, se ambos lhe pareceram inoportunos, sem seguro preparo, apoio geral da Marinha e sólido fundamento em insofismáveis razões nacionais?

Manteve-se logicamente indiferente ao primeiro e desaprovou o último, o mais sério deles, cujo êxito procurou impedir, dentro do seu ponto de vista militar, e posteriormente conservava-se neutro em face da Revolta da Armada em 1893, ficando em guarda para acompanhar o seu desenvolvimento. Nessa ocasião resolveu constituir-se voluntário e fiel tutor dos alunos da Escola Naval, de que era Diretor, e dos marinheiros aquartelados na ilha de Willegagnon, que haviam sido seus comandados. Fêz isso apenas com o intuito de impedir que se imiscuissem nas teias da política e a intenção de prepará-los com uma nova mentalidade, mais profissional e apolítica, para constituir um núcleo consistente, coeso, ativo e adiantado, que pudesse substituir o pessoal remanescente da Marinha, que retomasse das lutas. Naturalmente este voltaria debilitado e descrente se fosse derrotado ou vencido, e ardoroso, exaltado e exigente, se fosse vencedor.

Achou mais digno e útil à sua classe assumir tal atitude de elevada finalidade, embora exigisse muita tato, grande habilidade, persistência e imensa responsabilidade. E pretendia mantê-la, a despeito de tantas exigências, com justa imparcialidade, até o restabelecimento da paz, se sucessivas e agravantes circunstâncias, ocorridas nos três meses seguintes, não o fizessem a romper o compromisso, assumido consigo mesmo, de alheamento à Revolta, e tomar nova resolução. Com o espírito pacífico e conciliador, Saldanha da Gama, logo na primeira semana da Revolta, tendo recusado mais uma vez a sua Chefia, tão sómente com o objetivo de impedir a intromissão da Marinha em disputas de prestígio pessoal, por intermédio do Almirante Baltazar da Silveira, acorde com este seu modo de pensar, tentou um entendimento do Marechal, Chefe do Go-

vêmo, com o Almirante Custódio de Mello, Chefe da Revolta, com o fim de sustar o prosseguimento da luta. Infelizmente os dois Chefes não transigiram e não logrou êxito no seu intento.

E daí para diante sentiu que passou a ser considerado suspeito e até vigiado, com a desconfiança de que, pelo menos, no íntimo, era simpático ao movimento revoltoso. Entretanto, em tal ocasião, ainda equivocavam-se e não o compreendiam, pois tinha, realmente, a sincera intenção de não intervir nêle.

Durante os meses de setembro e outubro, quando ainda contava com poucos elementos bélicos e reduzida simpatia para a luta e as forças navais estrangeiras, fundeadas na baía de Guanabara, mantinham-se em prevenida expectativa, o Governo poupou Saldanha da Gama e os seus fieis comandados, e por contingência, chegou mesmo a assumir o compromisso de não bombardear os navios revoltosos e as ilhas neutras. Entretanto, já no mês seguinte, tendo conseguido aumentar o número de canhões dos seus fortes e fortalezas e montar, clandestinamente, outros em várias elevações nas cidades do Rio de Janeiro e Niteroi, por intermédio do Ministério da Marinha, passou a empregar contra o Almirante calculadas medidas e providências que foram, aos poucos, entorpecendo as suas ações e movimentos, criando-lhe sérias dificuldades e abalando o seu prestígio. Enquanto isto assim se passava, a esquadra revoltosa, em acentuada crise de recursos de toda a natureza, em ação limitada e pouco profícua, lutava com bravura, para abalar o poder do Governo. Agravaram-se aquelas medidas coercitivas, os Chefes da Revolta e da Revolução do Sul não encontravam uma fórmula que sintonizasse os seus objetivos políticos, nem acordavam num exequível plano estratégico e, ao mesmo tempo, minguavam os recursos das forças de Saldanha da Gama, de modo a êle compreender que, a continuar a Revolta, assim incerta e morosa em suas iniciativas, ela estava se encaminhando para uma derrota inevitável.

Por sua vez, o Governo, em vigilante observação, já mais forte e agora contando com a complacência das forças estrangeiras, cogitava do preparo de uma esquadra para combater os navios revoltosos e bloquear o pârto do Rio de Janeiro com o fim de forçar o Almirante a se definir expressivamente. Ora, se de fato, conseguisse organizá-la e armá-la suficientemente, precárias e graves se tornariam a situação das forças de Saldanha e da esquadra de Mello, exatamente quando elas caminhavam para a inanição bélica, por carência dos principais recursos, isto é, navios em estado de combate, pessoal de reserva, munições, alimentos e combustível. Em tais condições, não lhe pareceria lógico, útil ou prático persistir numa neutralidade que, assim, só poderia trazer vantagens para o Governo e aniquilar

a única que vinha acarretando para os revoltosos, isto é, a manutenção estática de forças legais, na cidade do Rio de Janeiro, que permaneciam esperando uma grande ofensiva da esquadra, afim de poderem agir contra ela.

A princípio pensou em fechár a Escola Naval, restituir os alunos às suas famílias, dar liberdade de ação aos oficiais e praças, exonerar-se da comissão que vinha exercendo e se apresentar ao Govêrno para se retirar do serviço, embora tivesse que viver suspeito e vigiado. Não o intimidava novo ostracismo, mas seria que o Govêrno lhe permitiria realizar tudo isso e depois o deixaria livre? Ou o prenderia, como alto refém, para aniquilar o seu prestígio e forçar os revoltosos, já em precária situação, a negociarem a paz? Seria também que não embarcaria na nova esquadra os oficiais, aspirantes e praças que estiverem sob o seu comando? Quem sabe se os puniria? E' óbvio que deveria tomar providências imediatas para lhes quebrantar o ânimo e impedir que se manifestassem simpáticos aos revoltosos.

Tôdas essas incertezas e mais a possível derrota da esquadra com o seu provável aniquilamento e o consequente colapso da Revolta, que naturalmente acarretaria o geral desprestígio da Marinha, o fizeram repudiar a idéia de se apresentar ao Govêrno e o encaminharam para a solução que julgou digna do seu caráter e útil, isto é, a adesão à Revolta para imprimir-lhe novas atividades.

Saldanha da Gama deve ter considerado serenamente tâdas essas possibilidades e se penalizado sinceramente com o novo destino da Marinha, futuramente reduzida, suspeita e relegada moralmente a um plano inferior, como castigo e escarmento. E, ferido em seu orgulho de marinheiro, bravo e devotado à profissão, patriota e desprendido da vida e das posições, não poderia permitir que tal ocorresse à revelia de seus melhores esforços. Cumpria-lhe, por dignidade, evitá-lo ou impedi-lo.

Paralelamente a tôdas essas razões, outra, que considerava de mór importância, vinha atormentando o seu espírito. Ultimamente Guardas-Marinha e Aspirantes, sob suas ordens, impacientes com o moroso desenvolvimento da Revolta, ardorosos, destemidos e ansiosos por lutar, fugiam, a princípio, isolados e, mais tarde, em pequenos grupos, para bórdo dos navios revoltosos. E para êle isto constituia grave falta, prenunciadora de indisciplina, que punha em jôgo a sua autoridade, forçando-o a mandar caçá-los. Uma vez, mesmo, foi buscá-los o bórdo do "Aquidaban" e esteve na iminência de sério atrito com o Chefe da Revolta.

Com o espírito trabalhado por tantas contrariedades, decepções e dificuldades e, por fim, tendo que optar por uma so-

lução que acautelasse o seu prestígio, resguardasse os seus comandados e oferecesse apoio operante à Marinha, através da sua esquadra em luta, a 6 de dezembro resolve aderir à Revolta, o que fez, com caráter público, justificando a subita atitude, em importante manifesto datado de 7. Nêles consubstancia com clareza as razões que o levaram a agir assim.

Apesar de escrito em linguagem escorreita, franca e apropriada, os corifeus do Govêrno, a imprensa política, os fanáticos defensores do regime, por astuciosa conveniência, enxergaram em dois de seus períodos, a maquiavélica intenção de Saldanha da Gama pretender trabalhar pela restauração do regime monárquico.

Entretanto, lidos, com serenidade e boa fé os incriminados períodos, os têrmos da circular que, dois dias depois, o Almirante dirigiu aos comandantes dos batalhões de infantaria, sediados na Capital Federal, e mais os da ordem do dia n. 1 que, na mesma data, baixou ao assumir o Comando geral das forças da Revolta no Rio de Janeiro, imparcialmente, nenhuma expressão, nêles contida, autoriza, insofismávelmente, a afirmar que iria trabalhar pelo restabelecimento do regime deposto. Tal alevisia era apenas astuciosa arma para desprestigiá-lo perante a Nação, afim de lhe restringir simpatizantes, fazer crer que perigava a sorte da Revolta e, assim, mais facilmente se captar adeptos e combatentes voluntários para defendê-la.

O objetivo de Saldanha da Gama acha-se claramente definido quando adere à Revolução riograndense, de caráter especificamente republicano e contrário à ditadura, e à Revolta da Armada chefiada pelo Almirante Custódio de Mello, também republicano, ex-deputado constituinte e ex-Ministro do Marechal Floriano e que, praticamente, concorreu para a sua ascensão à Chefia do Govêrno.

Silveira Martins, que já em 1873 convidava o General Osório para fazer a República, Joca Tavares, herói do Paraguay, e Gumercindo Saraiva, bravo caudilho, principais chefes daquela Revolução, insidiosamente proclamados como monarquistas, já haviam feito sua profissão de fé na República quando declararam que a combatiam, tão sómente, sob a forma federativa e ditatorial porque vinha sendo executada, para substituí-la pela constitucional parlamentar, de feição liberal. E isto, tanto o Chefe do Govêrno, quanto Júlio de Castilho, bem sabiam.

Os períodos do manifesto de Saldanha da Gama, incriminados por seus desafetos e pelos exploradores políticos da época, mereciam ser aqui transcritos e analisados, porém isso alongaria êste relance. Demais, os citados manifestos, circular e ordem do dia foram publicados na imprensa em 1893 e, poste-

riormente, em alguns livros, que tratam da Revolta, pelo que me dispense de repeti-los.

Saldanha da Gama, os revolucionários do Rio Grande e os revoltosos da Armada admitiam que, no caminho pacífico e constitucional da consolidação da República, havia um sério embaraço a vencer. Era o espírito ditatorial que vinha dirigindo o Governo da Nação e que urgia afastá-lo do poder. Para isso tornava-se necessário forçá-lo à renúncia afim de restabelecer-se o domínio dos três poderes independentes, com fiel respeito à constituição. E o melhor e mais seguro processo que lhes parecia capaz de assegurar a realização de tal objetivo era sujeitar pacificamente a Nação a um livre plebiscito para que decidisse qual a forma de Governo que preferia. E já que ela havia aceito a república, bastaria que se manifestasse por qual sistema optava, o federal representativo, contemporâneo, ou o constitucional parlamentar, de caráter mais liberal, porque vi-nham se batendo os revolucionários riograndenses.

Se o Governo, os seus defensores e os aderentes interessados se opunham à essa consulta à Nação, era isto um sinal de que o regime em vigor não estava consolidado e êles receiavam sujeitá-lo a tão expressiva prova. Nessas condições o Almirante e os demais revoltosos e revolucionários não estariam muito equivocados, nem se revelavam utopistas.

Saldanha da Gama entrou na Revolta por vontade própria e sem nenhum conchavo com outros Chefes, no momento em que se viu premido a tomar uma decisiva solução, para sair de precária situação moral e de fato. Já desde o meado de novembro que previra isso, tanto que escrevera, nesse sentido, a Silveira Martins e dissera ao Ajudante do Corpo de Aspirantes, Primeiro Tenente Antonio Sampaio, nos seguintes termos: "Dentro de alguns dias entrarei na revolta. Faço-o para salvar o punhado de companheiros que nela se meteram ou para perecer com êles". E realmente, compreendendo a gravidade do momento que se avisinhava e a adversa sorte da esquadra revoltosa, "impelido pela força dos acontecimentos", julgou imprescindível dar-lhe o seu apoio e prestar-lhe auxílio concreto.

O seu primeiro objetivo era procurar articular a Revolução riograndense com a Revolta, estabelecendo um acôrdo com Silveira Martins, seu chefe principal. E dirigindo a ação das forças revoltosas do Rio de Janeiro em conexão com a esquadra do Almirante Mello, procurar constituir um forte poder ofensivo contra as forças do Governo em sua própria séde, esperando que êle o pudesse conduzir à renúncia do cargo, sem maiores perdas de vida e sangue. Esperava, também, por tal forma, captar o apoio daquele Almirante, esquivo com êle e que, ainda,

não havia assentado um firme plano estratégico para a sua esquadra.

Com sua peculiar clarividência e intensa atividade, trouxe logo um apropriado plano para ser executado, em conjunto e oportunamente, pelos três setores revolucionários, inclusive o de Santa Catarina, então bem importante. E para início, começou a agir e concentrar elementos afim de perturbar o Governo com pequenos ataques na baía de Guanabara para impedir que enviasse mais forças para o sul, enquanto os revolucionários preparavam a coluna que, embarcada na esquadra, deveria desembarcar nas proximidades da Capital Federal para investí-la.

Embora Saldanha da Gama, em aparência, houvesse encontrado a fórmula, mais estratégica do que política, para articular os três setores, através de seus Chefes, êles continuavam dissidentes. E por isso, sem a unidade de objetivo político, não seria possível a fiel execução do plano estratégico estabelecido. A Revolução e a Revolta eram movimentos sediciosos, exclusivamente políticos, a que faltavam unidade de direção e comando. E sem esta caminhavam, inevitavelmente para um fracasso geral.

No momento em que Saldanha da Gama entrou na Revolução, êle já sabia de tudo, e mais que os Chefes estavam scindidos e indecisos e as forças combatentes retraídas e algo desanimadas. Resolveu aceitar o convite para chefiá-las e tentar conduzi-las a uma verdadeira batalha, de caráter decisivo, ou a morrer combatendo por um ideal, que considerava justo e supunha salvar a Pátria. Por êle estava disposto a dar todos os seus esforços, até o sacrificio pessoal, e procuraria empenhar o dos seus comandados que, voluntariamente, o acompanhasssem, emprestando-lhe todo o seu prestígio moral, no momento, maior que o de qualquer outro Chefe.

Agindo assim dessa forma, cumpriria os seus deveres com a Pátria e as suas obrigações com a Marinha, tentando salvar o prestígio dela, já abalado com a falta de coesão de seus Chefes, o desperdício de esforços da esquadra e os poucos acertos dos revoltosos.

O seu plano estratégico foi geralmente aceito nos três setores, mas no momento exato em que devia ser iniciado no porto do Rio de Janeiro, a esquadra revoltosa, quasi à barra, resolve atender a um inoportuno apêlo do Governo revolucionário de Santa Catarina e o Almirante Saldanha da Gama, com suas forças, fica desamparado entre Scylla e Carybdes, isto é, entre os múltiplos canhões dos fortes e fortalezas do Governo e a esquadra do Almirante Gonçalves, recém-organizada no Norte e que se aproximava daquela barra para bloquear o porto e dar caça aos navios adversos.



Diante desta conjuntura e da impossibilidade de receber auxílio imediato de qualquer setor e, no momento, incapaz de poder resistir com êxito contra os recursos conjuntos do Governo, viu-se, de inopino, em face do cruciante dilema: resistir, aceitando combate para ser vencido, aprisionado ou morto, sem nenhuma vantagem para a causa que defendia, ou capitular sem honra a um vencedor, que não lhe inspirava confiança. Se tratasse somente de sua pessoa, optaria pelo primeiro, mas, como tinha acentuada responsabilidade pelo destino e vida dos seus comandados, não os deveria abandonar, entregando-os a inimigos rancorosos, que, provavelmente, não lhes ofereceriam seguras garantias.

Confabulou com os oficiais, expôs-lhes a crítica situação das forças, apontou-lhes os dois dilemas e pediu-lhes opinião franca. Os mais jovens, ardorosos e bravos preferiam a luta até à morte, seguindo o exemplo de seu Chefe, mas a maioria optou por uma capitulação honrosa e com garantias de vida. Militar e Chefe, Saldanha da Gama acatou o veredito dos seus comandados. Todavia receava ter que entregá-los a um vencedor que bem poderia não respeitar os compromissos que assumisse.

Quanto a si, há muito que vinha sofrendo com o rápido e estranho desenvolvimento da angustiada situação que o colheu, maximé porque o seu fracasso, sem dúvida, seria a primeira nódoa tombada, pela mão do Destino, sobre seu nobre caráter.

A sua vida, propriamente não mais lhe interessaria e confiava que haveria de achar meios, caso a poupassem, para cumprir o sincero compromisso que assumira consigo e consignara no final de seu manifesto, isto é, sacrificá-la, com dignidade e honra "em holocausto no altar da Pátria".

Sem confiança no Governo, e devendo zelar pela vida de seus comandados, entre os quais haviam verdadeiros bravos, que se revelaram nos combates da ilha do Governador e ponta da Armação, preferiu recorrer ao exílio em campo neutro e amigo, a entregá-los ao adversário. Assim os garantiria e depois retornaria à luta para cumprir aquele compromisso. E foi o que fez apelando para os bons sentimentos do Comandante Augusto de Castilho, que, com sua grandeza de alma, o recebeu com seus comandados a bordo dos navios de sua força e os transportou para fora do país.

Por tudo isso que sucedeu na vida de Saldanha da Gama, um homem de sua fibra moral não poderia mais viver sobranceiro e tranquilo no meio de sua classe, sem corar e muito sofrer, se a ela se reintegrasse. Mesmo no seu país se sentiria deprimido e impotente para reagir contra a onda de corrupção política, que, já nessa época, vinha se infiltrando na Nação e



hoje espuma em vagalhões. Se não poderia ser a Condestável da República para lhe garantir, dentro dos princípios civis e constitucionais, a sua estabilidade, como o grande Caxias o fôra da Nação e do Império, só mesmo continuando a luta por um ideal, que considerava nobre, até o extremo sacrifício, poderia resgatar a sua desdita.

O que lhe valeria a vida se fosse vencido, preso e humilhado? Deshonra e aviltamento. Ao menos perdendo-a em nova luta, morreria honrando a sua palavra, sem nenhum gesto de envilecimento que lhe houvesse feito corar ou mareasse os seus bordados, e com a alma pura, o caráter íntegro e a espada invicta. Legaria à Pátria um sublime exemplo porque, podendo ter se elevado às mais eminentes posições na Marinha e no país, pois que, para isso, possuía as indispensáveis qualidades, preferia morrer com despreendimento e consciência, deixando um nome impoluto. E, assim, se revelou um autêntico herói, sem jaça e sem temor.

Depois de afastar os comandados, resguardando-os de qualquer penalidade, Saldanha da Gama, convidado novamente para chefiar as fôrças da Revolução Riograndense e já certo de que seus dirigentes se propunham a batalhar pelo regime republicano parlamentar, aceitou reorganizá-las e tentar um novo plano de luta. Pretendia primeira levantar a vitória no próprio solo gaúcho, onde o povo vinha sujeito ao Governo de um ferrenho sectário e, em seguida, avançar para o Norte afim de enfrentar um bravo e perseverante, que bem conhecia e cuja maior fôrça residia na sua astúcia e dissimulado caráter. Militarmente havia apreciado o Marechal Floriano porém sentia que, individualmente, algo de sério havia no seu conciente que impedia que se aproximasse dêle; talvez acentuada falta de afinidade.

Infelizmente para a Nação, êsses dois homens, possuidores de elevadas qualidades, fadados a se completarem no amor e desvelo pela Pátria, não souberam amortecer os sentimentos e sintonizar os ideais e, com suas intransigências, sem bem o perceberem, concorreram para o atrofiado desenvolvimento da República, logo ao sair do bêrço. Data daí, a meu ver, a série crescente de males que vêm, continuamente, atormentando a sua existência. Outro destino mais sensato, patriótico e descontinado poderia ter sido o dela se o Marechal e o Almirante, ambos dignos, se houvessem ajustado no supremo objetivo de defenderem, sem personalismo, os elevados interêsses políticos e sociais da Nação, para cujo mister, no angustioso momento, mais que quaisquer outros Chefes, achavam-se, moralmente, melhor aparelhados.

Depois que Gumerindo Saraiva faleceu em agosto de 1894, os revolucionários riograndenses encontravam-se fracionados em grupos pouco armados, já desanimados e sem uma criteriosa e apropriada orientação guerreira. Minguados de recursos logísticos e bélicos, permaneciam mais tempo em solo uruguaio, restaurando-se, que no nacional, onde deveriam prosseguir a luta. A frequente falta de sintonia entre os diversos chefes atrofiava, cada vez mais as ações. Enquanto isso as forças do Governo, estaduais e federais, em conexão, numerosas, organizadas, providas dos necessários recursos e bem distribuídas, estavam sob o comando e direção geral de experientados e esclarecidos Chefes, que tinham um objetivo só — vencer os adversários ou aniquilá-los — afim de caminharem para a paz, que todos desejavam.

À custa de ingentes esforços Saldanha da Gama conseguiu reunir, sob sua direção, alguns grupos que reorganizou e rearmou, para conduzi-los novamente à luta, porém, desde início, percebeu que seria muito difícil colher deles profícuos resultados. Faltavam-lhes adequada orientação para ações sistematizadas e pertinazes, compreensão da unidade de objetivo e comando superior, acatadora disciplina, espírito de ordem e respeito às determinações dos Chefes para a fiel execução das tarefas e missões, de que eram incumbidos.

O processo irregular, e nem sempre oportuno, de guerrilhas e entreveros que vinha caracterizando a luta, com poucas vantagens contra o inimigo, cruentos morticínios e muito desperdício humano, impressionou seriamente ao Almirante que, com suas apuradas qualidades militares e primorosos sentimentos, tratou logo de dar-lhe nova orientação, capaz de colher melhor resultado nas ações e economia de recursos bélicos e vidas.

Havia muito entusiasmo e bravura, e forte vontade de aniquilar o adversário, porém a escassês geral de recursos e a ativa e astuciosa espionagem feita pelos elementos governamentais, que conseguiam conhecer os movimentos dos revolucionários, cada vez mais estrangulava a sua situação. Acrescia a isso a forte pressão que vinha exercendo o Governo uruguaio, a pedido do brasileiro, e que os ameaçava expulsar do seu território ou desarmá-los e interná-los.

Mas, fiel ao compromisso, que havia assumido, de combater até vencer ou morrer, Saldanha da Gama, assim mesmo, procurava conduzi-los à luta, afim de enfrentar o inimigo e tentar vencê-lo em prélio encarniçado e decisivo. E, a despeito do seu reduzido efetivo, poucos recursos, escassos armamentos e munição, resolveu transpor o rio Quarahy, comandando cerca

de quinhentos homens, e internar-se pela campanha gaúcha em busca de uma posição, que fosse estratégica e oferecesse segurança para nela aguardar outras forças, que deveriam reunir-se à sua.

Não tinha a intenção, em tais circunstâncias, de entrar imediatamente em ação e sim, primeiro, adquirir seguros informes sobre o número, qualidade e situação das forças adversas afim de procurar executar o plano de operações, que estabelecera, para três colunas, dispostas em pontos diferentes, agirem, simultaneamente, em ocasião oportuna e de acordo com as ordens que expedira.

Infelizmente não pôde realizar tão hábil projeto porquanto, mal havia transposto o rio, quando se aproximava do rincão de Artigas, foi descoberto por um piquete de vigilância do inimigo, na tarde de 23 de junho de 1895. Informado, em seguida, que as forças adversas eram numerosas, bem armadas e das mais aguerridas e, portanto, seria uma temeridade enfrentá-las assim, resolveu o Almirante tomar posição, entrincheirar-se, distribuir sua força e prepará-la para resistir, o que, realmente fez, durante à noite, enquanto o inimigo, cautelosamente, se aproximava.

Ultimamente a sua confiança nas forças revolucionárias vinha se esvaecendo, visto que já corriam rumores de que haviam sido iniciadas conversas, com os principais Chefes civis da Revolução, para o encaminhamento da paz. Fôra laconicamente consultado sobre tal assunto e declarara que não constituiria obstáculo à realização de uma paz digna e humana. Todavia, não estava confiante no seu êxito e nas promessas do Governo. Pensava mesmo que talvez fosse astuciosa artimanha para sondar o ânimo dos revolucionários, embaí-los com atraentes promessas e persuadí-los a se desarmarem. Demais, receiava que os entendimentos, apenas iniciados, não se confirmassem, as garantias oferecidas não satisfizessem e o Go-

condições que os Chefes revolucionários lhe proporiam para o estabelecimento da paz?

vêrno não viesse a cumprí-las fielmente. E aceitaria êste as

Com tantas dúvidas no espírito foi que Saldanha da Gama abandonou, com seus comandados, o território uruguaio e acampou junto a Campo Osório, para tentar executar o seu plano geral de ação, quando soube que forças inimigas rondavam pelas proximidades, tanto assim, que em pouco tempo, o descobriram.

A posição em que acamparam suas forças, para aguardar as adversárias, era bastante estratégica, porém a deficiência dos recursos com que contava indicava-lhe a precariedade da

luta a ser travada, que lhe parecia rápida, enérgica e decisiva, mais de defesa pessoal que propriamente de ação tática.

Já bem informado sobre os efetivos, posição e recursos do inimigo, agrupado nas proximidades, Saldanha dispôs seus homens nos pontos que lhe pareceram mais apropriados, a infantaria ao centro e defendida por uma trincheira de pedras, a cavalaria nos flancos e os restantes na retaguarda, todos prontos para a resistência. Ele, sem posição determinada, os dirigiria na luta.

Lógica e dignamente não havia outra atitude a assumir. Conquanto lhe houvesse sido sugerido, por quem tivera tomado parte no primeiro reconhecimento e conhecia o ânimo e o valor das forças inimigas, que evitasse entrar em luta, tão desprovido de recursos, sendo preferível retroceder para a margem uruguaia, Saldanha desdenhou tal advertência. E, durante a noite, já distribuídas suas forças, deu-lhes as devidas instruções para o combate, que esperava se realizasse na próxima manhã e no qual elas deveriam lutar até vencer ou morrer, para se mostrarem dignas.

Aceitaria, assim, o desafio do inimigo, quaisquer que fossem suas consequências, pois a tanto lhe impunha a sua dignidade de Almirante, altivo, pundonoroso e bravo, e a sincera confiança que em si depositavam os denodados que comandava e os chefes que dirigia.

Retirar com as forças recusando-se a combater, atravessar novamente o rio fugindo do inimigo e sujeitando-se à uma imiedosa perseguição, ou capitular sem resistir, seria uma injustificável ignominia que o seu nobre caráter não lhe permitiria cometer. Em tão periclitante situação o que lhe restava a fazer, era o que, de fato, fez. Procurar reconhecer o efetivo e espécie das forças adversas e esperá-las, em posição e guarda, para enfrentá-las.

Pela manhã de 24 de junho, ainda por entre esgarçada neblina, destaca um piquete para entrar em contato com elas e logo intenso tiroteio teve início. Enquanto aquele, combatendo, recuava, o avanço geral do inimigo se fazia, encurtando rapidamente a distância que separava as duas forças. Súbito um esquadrão de quarenta destemidos lanceiros, quais verdadeiros suicidas, de lança em riste, investe ferozmente contra a vanguarda governista, que reage imediatamente procurando cercá-los ou separá-los, o que, por fim, logrou fazer.

Na precipitada e desorientada contramarcha os lanceiros, em vez de refluirem sobre os flancos donde partiram, atravessam o campo da luta, obliquamente, passando pela frente da infantaria, que foi, assim, compelida a cessar o fogo com que

vinha martelando os cavalarianos perseguidores. Aproveitando-se da confusão reinante, no crítico momento, êstes penetram nas linhas de defesa e o combate perde o seu, apenas esboçado, caráter tático, e se transforma em sangrenta luta, verdadeiro choque corpo a corpo. Lutaram os revolucionários, entre os quais muitos jovens de quinze a dezoito anos, como raivosos leões que, pela primeira vez, enfrentavam aguerridos e des-humanos inimigos.

Foi, por demais, trágico e cruento o epílogo de tal luta, que se caracterizou por inútil carnificina. Tombaram mais de duas centenas de vidas e o solo nacional se tingiu de precioso sangue, atestado de firmes convicções, em defesa de discutíveis ideais num ambiente nacional de incompreensão.

Perdeu a Pátria um brioso punhado de homens dignos e bravos, que possuíam a envergadura de heróis e mereciam sobreviver à essa horrenda epopéia para constituírem reserva de bons patriotas, destinados a lutar para defender a Nação em transe de âmbito nacional e mais cruciantes. Entre êles estava o grande Almirante Luiz Philippe de Saldanha da Gama, o mais elevado expoente profissional, moral e cultural de sua classe, que estoicamente se deixou imolar "em holocausto no altar da Pátria", exclusivamente em defesa de um ideal, que considerava justo, e consoante o compromisso que assumira consigo mesmo e consignara em seu citado manifesto.

Cumprira-o com consciência, honra e dignidade, merecedoras de elevado exemplo. Se na sua morte, tão trágicamente ocorrida, de acôrdo com idôneos testemunhos dos seus bravos discípulos, que também lutaram em Campo Osório e lhe sobreviveram, tendo ainda prestado à Pátria bons serviços, não se vislumbra um dêsses lances épicos que sagram heróis e os immortalizam, todavia, devemos reconhecer que, em tão pérfido momento da luta, êle soube se deixar morrer.

A sua estoica morte, como redenção de um equívoco político, cometido de boa fé à sombra do ideal que abraçou, o erigiu ao pináculo da admiração nacional e acabou o aureolando de glória. E hoje que a Humanidade tãda se confrange para livrar-se dos grilhões da violência e da tirania de povos ávidos e impacientes, e procura, mais uma vez, encaminhar-se para viver à sombra da democracia, revelando ao mundo estarrecido a falta de esclarecidos e apropriados condutores de homens, Chefes, da estirpe maral de Saldanha da Gama, constituem raras expressões sociais e, por isso mesmo, seus atos e atitudes, pela nobreza, sinceridade, descortínio e confiança, de que sempre se revestiram, merecem ser frequentemente lembrados para estímulo do sentimento liberal, da devoção à classe e do

verdadeiro amor à Pátria, e também como valioso exemplo aos que a quizerem bem servir, com lealdade, devotamento e desinteresse.

Com o seu sublime gesto, deixando-se imolar por um nobre ideal, Saldanha da Gama confirmou seu espírito forte e firme e seu caráter altivo e destemeroso, revelando-se conciente das responsabilidades que assumira, abnegado no cumprimento dos deveres, fiel à palavra e aos compromissos e, por fim, um desprendido da vida.

Não importa que, oficialmente, procurassem macular a sua dignidade com odioso lábeo, nem tão pouco que, por várias décadas, a névoa dos anos caliginosos da República haja mantido, quasi indevassáveis, a grandeza do seu gesto final e as pungentes circunstâncias de sua morte. Fazendo-lhes justiça, embora tardia, o tempo, eterno amortecedor das paixões, filtro decantador dos fatos, plasmador de personalidades e soberano juiz da História, acabou por desvendá-las, revelando à Nação, em toda a plenitude, o alto valor de Saldanha da Gama.

Por tudo isso, pois, parece justa e honrosa a glória que hoje aureola o seu nome impoluto, que, sem ofuscar o dos grandes vultos da história pátria, com eles pode hombrear, sem corar, e nela coexistir, como elevado expoente de virilidade, honradez, cultura, probidade e patriotismo.

12 de Abril de 1946.

OLIVEIRA BELLO